

**ANEXO I – JUSTIFICATIVAS PARA TERMOS DE REFERÊNCIA visando a contratação de empresa para prestação dos serviços:** contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada, diurna e noturna, para a Sede da 3ª SR; Centro de Serviços do CS-03 no Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho e Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro no Projeto Irrigado de Bebedouro, localizados no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco, área da abrangência da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF.

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função do serviço de engenharia em questão, previstas no Termo de Referência e que aqui relacionadas passam a integrar o TR.

**Da necessidade da contratação:** vigilância do patrimônio Público para a sua conservação e guarda.

**Do número e das características dos postos de serviços a serem contratados:** quantificado e escolhido de acordo com o dimensionamento dos locais a serem guardados de modo a impedir um arrombamento e roubo ou invasão, e realizar o acionamento da polícia em tempo hábil, visando economia e eficiência da vigilância a ser contratada em relação aos bens a serem guardados.

**Regime de execução:** prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de um ano, conforme consta nos Termos de Referência, e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

As despesas correrão à conta dos Programas de Trabalho: 04.122.0032.2000.0001 e 20.608.2217.2819.0026 - PTRES: 172108, 188839, 172096 e 188830 - Fonte: 100, 144, 250 e 650 - Administração da Unidade e Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura.

**Do Serviço “Comum”:**

Por se tratar de serviço de engenharia “singelo”, com perfil executivo típico, tecnicamente padronizável e objetivamente definido, conforme especificações usuais de mercado elegeu-se a modalidade de “Pregão Eletrônico”.

**Da adoção do “TIPO MENOR PREÇO GLOBAIS POR GRUPO.”:**

Na contratação por “GRUPO”, asseguramos obediência aos princípios pautados pelo interesse público, pela economicidade e pela obtenção da proposta mais vantajosa, diante da “economia de escala”, face à grandeza assumida pelo objeto licitado. Neste sentido, o largo incremento de quantitativos resulta em considerável redução dos preços a serem pagos pela Administração, além da simplificação da gestão da contratação, pois temos apenas uma empresa responsável, e maior eficiência na gerência dos serviços e resultados.

Focalizo que quanto maior a subdivisão, menor será o desconto nas propostas, e maiores serão as chances de inexecução contratual, acarretando em prejuízos à administração pública.

**Desapropriação:** Não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

**Critério de Julgamento:** Menor preço, de acordo com o Art. 54, inciso I da Lei n.º 13.303/2016.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Qualificação Técnica:**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Sendo previsto um tempo de experiência mínima de 12 (doze) meses, considerando o prazo comumente pactuado pela Administração Pública para os serviços continuados, considerando ser o equivalente ao prazo previsto do objeto a ser contratado, considerando o tempo mínimo necessário para avaliação de capacidade de execução, tendo em vista que poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, limitada a 60 meses, mediante à manutenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, considerando ser um período suficiente para preparar a substituição do contratado por outra empresa, caso de não atendimento às exigências contratuais, por meio de novo certame. Sendo descrito em meses para a possibilidade de somatório ao tempo mínimo exigido.

**Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio:**

Neste certame o objeto é único, singelo, sem obrigações de diferentes especialidades ou passível de divisão. Portanto, a participação sob o regime de consorcio não é justificada. Acrescento ainda ser dispensada a permissão de participação de empresas na forma de sociedades cooperativas, conforme estabelece IN 05/2017, tendo em vista a natureza do serviço a ser contratado.

**Orçamento Público/Aberto:** publicidade do orçamento estimado para a contratação do objeto de licitação, tendo em vista a necessidade de fornecer informações suficientes à elaboração das propostas pelos proponentes.

Petrolina, 22 de fevereiro de 2021.